



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema socioeducativo

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 31 de março de 2021.

Início: 11h00min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta - Juíza de Direito Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça ----</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Luciana Linero Defensoria Pública do Paraná Dr. Bruno Muller OAB/PR Dra. Karina Sabatke</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk CEDCA Dr. Márcio Bernardes DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Andrea Kravetz - Divisão Educacional</p>
--	--

Assuntos da Pauta

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. DEASE - atualizações e vacinas aos trabalhadores
3. Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto
4. Assuntos Gerais.

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e, em seguida, passou a palavra à Dra. Noeli Reback para a condução dos trabalhos:

Dra. Noeli Reback colocou em pauta a aprovação da ata da reunião anterior, que foi aprovada pelos presentes sem qualquer alteração.

Carla Lins apresentou atualizações sobre o cenário da Covid nas Unidades Socioeducativas: até o dia 30/03/2021, haviam 09 (nove) Unidades com casos suspeitos ou confirmados entre Servidores e Adolescentes. Em CENSE Cascavel 02, há dois agentes de segurança positivados

e uma trabalhadora terceirizada com quadro de suspeita. Em CENSE Foz, há dois agentes de segurança com suspeita. Em CENSE Laranjeiras, há um agente com quadro suspeito. Em CENSE Londrina 02, há um agente de segurança positivado e dois trabalhadores terceirizados com quadro suspeito. Em CENSE Santo Antônio da Platina, há um agente de segurança com caso suspeito, um agente positivo e uma técnica administrativa com suspeita. Em CENSE São Francisco, há um agente de apoio positivo. Em CENSE São José dos Pinhais, há um agente de segurança suspeito, além de um agente e uma pedagoga positivos. Por fim, em CENSE Umuarama, há um agente com suspeita. No total, portanto, há 07 (sete) servidores que testaram positivo para a Covid-19, e 10 (dez) com suspeita. Ainda, há quatro adolescentes provenientes do CENSE Paranaíba com suspeita de Covid, os quais foram devidamente encaminhados para o CENSE Maringá (sentinela de referência) e passam bem. Com relação à imunização, há 19 (dezenove) CENSES que já tiveram seus servidores imunizados, totalizando 117 servidores vacinados. Na categoria de técnico de enfermagem, 21 (vinte e um) funcionários foram vacinados com a primeira dose, e 11 (onze) com a segunda dose. Dentre os enfermeiros, 10 (dez) foram imunizados com a primeira dose e 01 (um) foi imunizado com as duas doses. Na categoria de Auxiliar de Enfermagem, 08 (oito) funcionários foram vacinados com a primeira dose, e 06 (seis) foram vacinados com as duas doses. Na categoria de Dentistas, 03 (três) foram imunizados com a primeira dose e 03 (três) foram imunizados com as duas doses. Uma médica psiquiatra, proveniente do CENSE Londrina 02, foi vacinada com a primeira dose, enquanto que o médico do CENSE São Francisco foi imunizado com duas doses. Dentre os Assistentes Sociais, 12 (doze) já foram vacinados com a primeira dose, enquanto que 02 (dois) foram vacinados com as duas doses. Na categoria dos Psicólogos, 22 (vinte e dois) foram vacinados com a primeira dose, e 06 (seis) com a segunda dose. Na categoria dos Terapeutas Ocupacionais, 05 (cinco) já tomaram a primeira dose, e 02 (dois) já foram vacinados com a segunda dose. Por fim, dentre os agentes de segurança (que também trabalham como técnicos de enfermagem em outras unidades), 01 (uma) já foi imunizada com as duas doses da vacina, e 02 (dois) receberam a primeira dose.

Dra. Noeli Reback colocou em pauta a possibilidade de o comitê emitir um pedido oficial para que os servidores administrativos também fossem priorizados na imunização - e não somente os funcionários que atuam diretamente na área da saúde.

Dra. Luciana Linero versou sobre a possibilidade de emitir uma Nota Técnica para que o Município fosse orientado a observar a necessidade destes servidores serem vacinados com prioridade.

Dr. Márcio ressaltou que o Brasil atualmente passa por uma tragédia histórica, e que é preciso disputar na sociedade um novo olhar sobre a importância da assistência social no país. Destacou que priorizar a imunização dos assistentes sociais não traduz a intenção de “furar a fila da vacina”, mas tão somente garantir que as necessidades atendidas por este grupo sejam reconhecidas como urgentes.

Dr. Bruno declarou que, hoje em dia, o entendimento do que pode ser considerado um “profissional da saúde” encontra-se positivamente ampliado, abrangendo psicólogos e fisioterapeutas, por exemplo.

Dra. Noeli Reback informou que o comitê deverá emitir uma Nota Técnica com uma proposta oficial para ser apresentada para os Gestores Municipais. Ato contínuo, passou a deliberar sobre o próximo tópico da reunião: o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Em um contexto geral, explicou a Doutora que esta seria uma proposta válida a ser elaborada pelo comitê; contudo, é preciso criar uma orientação geral para ser apresentada aos municípios, já que cada um destes territórios possui regras diferentes em relação ao lockdown, bem como um número diferente de jovens. Ressaltou a importância destas medidas, pois não devem estes adolescentes serem “colocados de lado” ou “esquecidos” por conta do cenário da pandemia.

Dra. Luciana Linero declarou que a Assistência Social do Estado (SEJUF) possui profissionais

que fazem a coordenação destas medidas em meio aberto no território estadual. Ainda, ressaltou que anteriormente, em junho de 2020, o comitê colocou em pauta a importância de os municípios avaliarem as estratégias de atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto durante a pandemia. Em acréscimo, declarou que os profissionais da socioeducação devem se atentar em fazer um acompanhamento online do núcleo familiar dos jovens infratores, haja vista que muitas destas famílias devem estar passando por diversas dificuldades (pedagógicas, financeiras, entre outras).

Dra. Noeli Reback declarou que planeja fazer um formulário simples e rápido para ser disponibilizado aos magistrados, para que estes venham a responder de maneira objetiva como está sendo realizado o acompanhamento e a fiscalização online dentro de suas respectivas comarcas.

Desembargador Ruy Muggiati lembrou aos presentes que, nos próximos dias, estará sendo organizado o planejamento do programa Fazendo Justiça. O plano possui um eixo sobre a socioeducação, o qual se encontra acompanhado pela Doutora Cláudia. Neste contexto, é possível que o comitê aproveite este mesmo plano para propor melhorias nas medidas socioeducativas em meio aberto.

Dra. Noeli Reback diz que, neste caso, seria prudente que se organizasse uma reunião com todos os presentes, em especial com a presença da Doutora Cláudia, para que esta questão fosse discutida.

Dra. Kharina declarou que a Comissão Nacional da OAB está fazendo um levantamento sobre o número de adolescentes que estão cumprindo medidas em meio aberto. Contudo, os profissionais têm encontrado dificuldades em determinar dados quantitativos mais exatos. Assim, questionou se o TJ ou o CNJ possuem alguma informação mais precisa neste sentido, ou, então, se seria possível incluir esta pergunta no questionário proposto pela Dra. Noeli.

Dra. Noeli Reback em resposta à Dra. Kharina, declarou que a própria Corregedoria ou, então, o Sistema Projudi podem oferecer informações nesse sentido. Declarou ainda que vai incluir esta pergunta no questionário que será enviado aos magistrados. Contudo, resalta que pode ser difícil averiguar quantos adolescentes estão de fato cumprindo a medida socioeducativa em regime aberto.

Dra. Luciana Linero declarou que possui um material, proveniente de um curso, que poderá ser utilizado para abordar estas questões de fiscalização e acompanhamento online das famílias dos jovens infratores. Colocou também questões de preocupação financeira, questionando se o município teria recursos para investir no aprimoramento destas medidas em meio aberto, sobretudo em relação ao treinamento de profissionais qualificados.

Dra. Noeli Reback colocou que, recentemente, o comitê realizou uma live sobre medidas socioeducativas em meio aberto, a qual obteve a participação de vários grupos jurídicos que se interessaram sobre o tema. Ressaltou a doutora que esta troca de experiência entre diferentes equipes pode ser muito positiva para o aprimoramento destas medidas. Com relação à questão financeira, declarou que os municípios possuem recursos para investir neste ramo, haja vista que a própria União concede verbas municipais para os CREAS e CRAS.

Dr. Márcio colocou que o Paraná deveria ter um programa permanente de formação.

Cel. Pancotti reforçou que o DEASE se responsabiliza apenas por executar uma parte das medidas socioeducativas em meio aberto. A outra parte é executada pelo Departamento de Assistência Social da Secretaria. No que diz respeito à vacinação, declarou que o DEASE tem feito um trabalho intensivo para que todos sejam imunizados da maneira mais rápida possível; contudo, há fases que devem ser respeitadas.

Dra. Noeli Reback declarou, a título de informação, que foi emitido um Ofício pela OAB colocando questões relacionadas à comissão das unidades socioeducativas. O documento foi encaminhado ao presidente do CONSIJ, ao GMF e à doutora Cláudia Catafesta.

Dra. Cláudia afirmou que o Ofício trazia algumas infrações que teriam ocorrido ao final de 2019, e que providências foram tomadas.

Kleber Humberto da Silva explicou que o Ofício, datado de fevereiro de 2021, aponta infrações como a precariedade das instalações para os jovens, a ausência de banho de sol, a falta de uma estrutura adequada de refeitório, deficiência de determinados educadores, ausência na participação dos jovens em atividades esportivas e culturais, o racionamento na disponibilidade de uniformes, bem como a falta de vestimenta adequada às baixas temperaturas.

Dra. Luciana Linero disse que acredita que todas estas privações de direito tenham se dado especificamente na gestão passada, e que atualmente é possível que a situação já tenha sido superada.

Cel. Pancotti declarou que, desde que assumiram a gestão do DEASE, passaram a realizar diversas obras de grande porte, no intuito de melhorar estas estruturas.

Solimar esclareceu que tomaram conhecimento deste Ofício no início da gestão, e que a resposta já está sendo elaborada. Ainda, reforçou que reformas têm sido feitas para superar todos os déficits estruturais, e que questões relacionadas ao banho de sol e às atividades já se encontram devidamente corrigidas.

Dra. Eliete Kovalhuk colocou em pauta o fato de que o índice de adolescentes em conflito com a lei decaiu consideravelmente.

Dra. Cláudia afirmou que pretende retomar a agenda de notícias e divulgações em breve, no site.

Cel. Pancotti após ser questionado pela Dra. Cláudia, declara que o Projeto BID ainda não recebeu as verbas necessárias, pois a Fazenda Pública não tem concedido determinados recursos por conta da pandemia.

Cel. Pancotti em complemento às informações anteriores, declarou que o DEASE tem estreitado relações com os Policiais Militares, sobretudo no sentido de ressaltar a importância das medidas socioeducativas.

Encerrada a reunião, ficou agendada a próxima para o dia 15 de abril de 2021, às 14h00min.